



Data: 25.03.2020

Título: Por uma nova 'habitação da Terra'

Pub:

JL

Tipo: Jornal Nacional Quinzenal

QuickCom
comunicação integrada

Secção: Nacional

Pág: 1;6;7;8;9

COVID-19, A NOVA 'PESTE'

E agora? Que futuro?

Texto de Lídia Jorge. Ensaios de Viriato Soromenho-Marques e Gonçalo Marcelo

EM TEMPOS DE 'QUARENTENA' Crónicas de Alice Vieira, Álvaro Laborinho Lúcio, Filipa Martins e José Mário Silva. A coluna de Afonso Cruz e o Diário de Gonçalo M. Tavares

O que está e vai acontecer na Educação

Texto do secretário de Estado, João Costa

Artigos de Filinto Lima e Ana Maria Bettencourt



Área: 2717cm² / 64%

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6782725



Data: 25.03.2020

Título: Por uma nova 'habitação da Terra'

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Quinzenal

Secção: Nacional

Pág: 1;6;7;8;9



COVID-19 – A NOVA “PESTE”

A pandemia do novo corona vírus, o Covid 19, globalizou-se, já infetou milhões de pessoas, vitimou dezenas de milhares, constitui um pesadelo, sem fim certo à vista, a semear medo e morte, de muito dramáticas consequências, mormente económicas e no tecido social. A Europa é atualmente a região do mundo mais afetada, com a Itália e a Espanha à frente, Portugal na situação que se sabe e com o estado de emergência já decretado. Face a tudo isto, o que vai acontecer, a vários níveis, o que vai – deve – mudar para termos futuro? Aqui, três excelentes ensaios: do nosso destacado colunista, filósofo, ambientalista e muito mais; de um investigador no CECH da Un. de Coimbra, e prof. na Católica Porto Business School; de uma grande escritora de língua portuguesa, que também nele mostra ser. A seguir, outros escritores contam-nos como estão a viver os seus dias de (mais ou menos) quarentena. E Afonso Cruz, na sua coluna, também escreve sobre o tema

Por uma nova 'habitação da Terra'

VIRIATO SOROMENHO-MARQUES



Veneza **As águas tornaram-se cristalinas sem a pressão do turismo**

Área: 2717cm² / 64%

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6782725



O

O ainda incalculável preço físico, moral e económico da crise global causada pela expansão da pandemia do Covid-19 terá sido em vão se aceitarmos as duas teses que muitos governos começam a enunciar na sua gestão da resposta: 1) esta crise é externa, como se fosse uma calamidade natural sem relação com a ação humana; 2) a vitória sobre esta crise será conseguida quando retomarmos a “normalidade”, fazendo o mesmo que antes e da mesma maneira. Se nos deixarmos embarcar nesta visão cega e febril perderemos o potencial de conhecimento e de regeneração que uma crise enfrentada com os olhos abertos sempre permite.

Há muitas décadas que repetimos ser a crise global do ambiente e do clima o maior desafio existencial que a humanidade criou para si própria, com repercussões estruturais, ontológicas até, para o futuro do Sistema-Terra, que desde há séculos está a ser objeto de um processo de entropia, em função da agenda da Modernidade, fundada no princípio da “dominação”. Desde que o Adão de Pico della Mirandola (1486) foi entregue, por um Deus cada vez mais distante e meramente contemplativo, à tarefa de se completar a si próprio, pelo uso do seu livre-arbitrio, e que Tommaso Campanella (1623) identificou na aceleração tecnológica a força motriz dos Modernos, que a história da Europa, e hoje de todo o mundo, se transformou numa marcha cada vez mais intensa para a realização da utopia de uma dominação incondicional da humanidade sobre a Natureza. Em 1822, o jovem A. Comte dividia a história em duas idades. Depois da “idade da conquista”, entrávamos na “idade da produção”. A submissão tecnológica e industrial da Natureza (reduzida à homogeneidade e dócil “substância extensa” de Descartes) seria capaz de dela extrair todas as recompensas que não tínhamos conseguido obter através

de milénios de guerra entre os povos para disputar os parques e incertos excedentes das frugais economias agrícolas.

O TRIÂNGULO DA DISTOPIA DA DOMINAÇÃO Depois das fantasias do final de século XX, em que tentámos escapar dos riscos da Modernidade através da poção mágica dos vários profetas da “pós-modernidade”, sabemos hoje, em 2020, que continuamos na mesma estrada de Gama, de Copérnico, de Pascal, de Adam Smith, de Condorcet. Para se sair da Modernidade, para se evitar o colapso mortal contra o muro das pandemias (como o Covid-19), que ocorrem pela intrusão humana nos últimos redutos da biodiversidade, para impedir a desordem social e a disrupção política que um processo descontrolado de alterações climáticas acarretará – envolvendo migrações de milhões de refugiados ambientais, com o risco de guerras brutais pela água e pelo solo arável – então teremos de enfrentar uma dura verdade: o meio milénio de esperança utópica na autonomia e na emancipação humanas, degenerou na distopia da dominação. A nossa época é a da utopia realizada por excesso, como

A crise pandémica do Covid-19 abre-nos a janela de tarefas tão urgentes como titânicas. A escolha é entre as dores de um novo parto da civilização ou a imperdoável aceitação do suicídio da própria humanidade

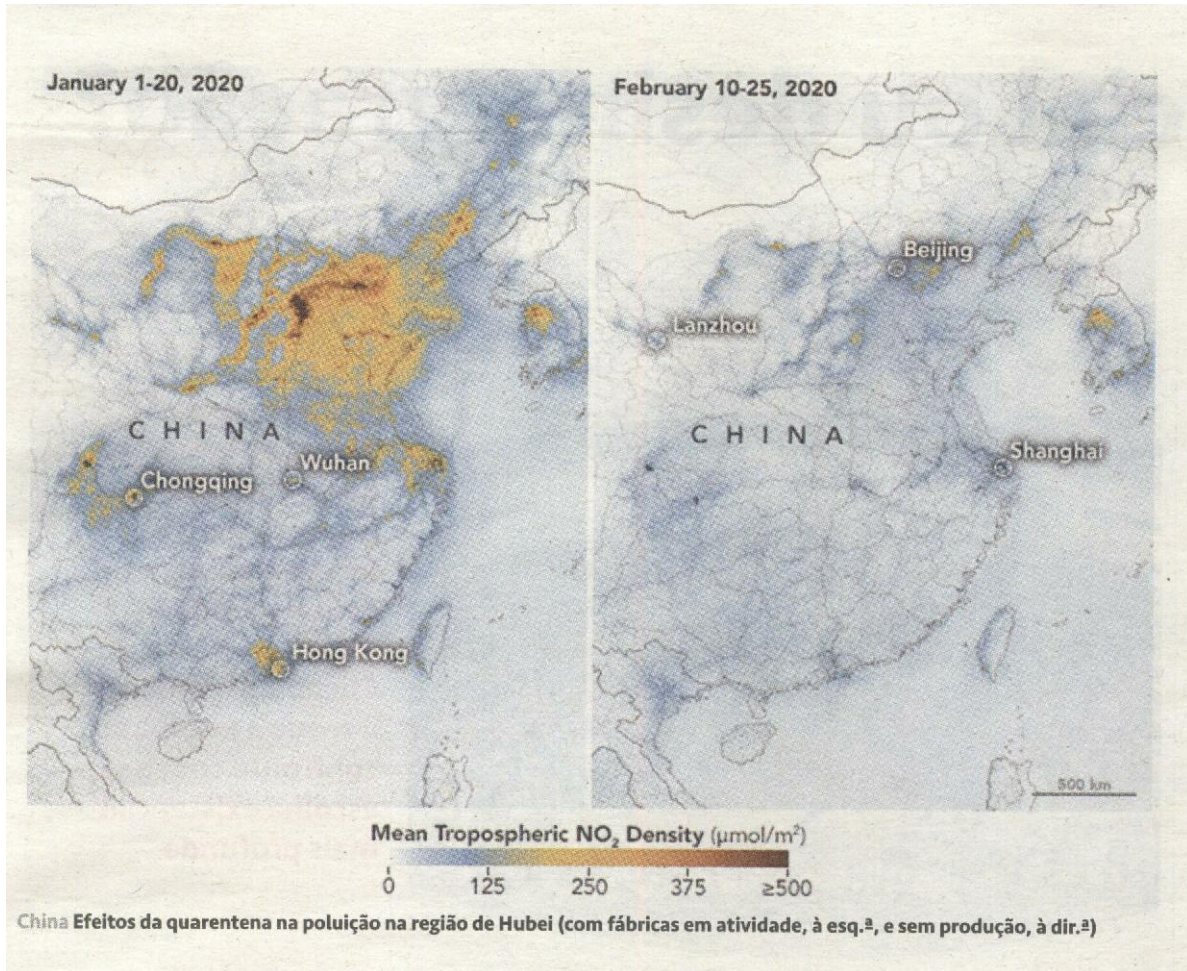
pesadelo. A distopia da dominação, com a sua imensa inércia, transformou a economia numa força de niilismo material que ameaça devorar tudo e todos no seu caminho.

Contudo, jamais poderemos sair do niilismo distópico sem percebermos como funcionou o *software* das promessas utópicas da Modernidade. Ele pode ser descrito pela dinâmica triangular que a seguir se enuncia: 1. Substituição da ética pela fusão da técnica e ciência, como ficou, especialmente, patente nas obras

de Descartes e Bacon. A chave do futuro, desse lugar por realizar, desse *u-topos*, não se encontra na mudança da natureza humana (como seria o caso da conversão ética patente de modo central nas utopias clássicas, de matriz platónica), mas sim na intensificação da dominação da cultura humana sobre a Natureza.

2. Crença na transferência do infinito teológico e/ou metafísico para o poder humano sobre o mundo físico (cuja possível extensão ao campo da “biologia” está desde o início presente): progresso, crescimento exponencial (a religião do neoliberalismo!), mobilização, aceleração. Essa mutação radical da utopia moderna funda-se no aprofundamento do conhecimento sistemático dos processos causais inerentes às forças e fenómenos naturais, e na sua replicação técnica para fins humanamente úteis. É o horizonte e as promessas da sociedade tecnocientífica, em que nos encontramos longamente mergulhados, que se encontram enunciados na linguagem dos grandes pensadores de Seiscentos.

3. Recusa da existência de limites intransponíveis pela tecnociência em aliança com o Estado, o Mercado, ou com ambos. As grandes utopias modernas procuraram ajudar a criar uma espécie de nova humanidade, através da criação de inusitados meios tecnológicos (ao serviço da nova ideologia do cientismo), suscitados pela explosão do potencial científico das sociedades, e pelo dinamismo de mercados económicos totalmente libertos de qualquer espécie de constrangimentos ou mecanismos de moderação. O tema do poderio humano, centrado durante séculos no controle e domesticação da natureza biofísica, conhece hoje uma espécie de recuo em direção à própria condição humana. Nas suas manifestações mais recentes, o cientismo afirma-se numa radicalidade demencial, como é o caso dos autores transhumanistas, segundo os quais a arquitetura atual da condição humana, fruto da evolução natural, é um obstáculo à continuação ilimitada das aplicações tecnológicas, sendo por isso urgente uma nova engenharia do fenómeno humano! É caso para recordar o lema da Liga Hanseática: *navigare necesse, vivere non est necesse...*



AO LONGO DOS ÚLTIMOS CINCO SÉCULOS temos assistido ao intenso desfilar desta aposta ideológica na abertura indeterminada do mundo às modulações e modelações da novel tecnociência. Os entes físicos surgem como mera matéria-prima, amorfa e ilimitadamente robusta, pronta a ser transformada, pela livre decisão de um Demiurgo humano. O infinito deixou de ser um predicado atribuível apenas ao Deus criador do Cristianismo, ou às ideias puras da metafísica antiga, para se transferir para a indefinida e inesgotável capacidade plástica da criatividade humana, armada pelo braço da técnica. Apenas num século, entre 1901 e 2001, a força propulsora da tecnociência fez multiplicar a população humana quatro vezes e a riqueza económica por 40 vezes. A crise de saúde pública que está a paralisar o mundo, e a tirar a vida a milhares de

peçoas, é apenas uma parte menor do preço que a continuação dessa “normalidade” distópica implicaria.

O QUE PROPÕE O PRINCÍPIO DA FRAGILIDADE? A crítica ecologista ou ambientalista da modernidade tem sido mais hábil na análise parcelar do que na proposta de uma cosmovisão capaz de se opor à distopia da dominação. Por exemplo, o próprio conceito de “desenvolvimento sustentável” - que visa sobretudo descrever e caracterizar um processo político, económico e social de transformação e mudança - constitui uma fórmula algo contraditória. Por um lado, através do conceito de “desenvolvimento”, partilha do impulso dinâmico, de progresso ilimitado, dessa matriz de desmesura tecnológica que pretende criticar e superar. Contudo, através da “sustentabilidade”, este conceito abre-se para aquilo que me parece essencial: para sobreviver, em condições de dignidade, a humanidade

deve reassumir com humildade o seu lugar no interior do “Sistema-Terra”, o nome que as novas Ciências da Terra dão ao clássico conceito de Natureza.

Isso implica uma verdadeira “conversão ecológica”, no sentido franciscano (de S. Francisco e daquele que se encontra patente na *Laudato si* do Papa Francisco). É isso que designo por “princípio da fragilidade”: a consciência positiva da vulnerabilidade da condição humana, não como algo a ultrapassar, mas como aceitação da nossa pertença a um todo maior, a uma solidariedade ontológica com o mundo e todas as suas criaturas, humanas e não-humanas, constituindo uma “comunidade de vida”, na expressão de Aldo Leopold (1949). Comunidade que é o derradeiro baluarte protegendo o futuro contra o abismo de destruição para onde o princípio da dominação nos empurra.

Nessa medida, o princípio da fra-



gibilidade oferece-nos uma “inversão de todos os valores”, que nos conduz à coragem da reinvenção da política, da ética e da economia – usando a religação à Terra como estrela polar – lançando-nos na tarefa de resgatar o futuro da desintegração em marcha. Esses novos valores, contêm, em simultâneo, a crítica e a proposta:

A) Pluralismo de fins, recusa de hierarquia vertical. O pluralismo do mundo humano, como diz Hannah Arendt, deriva do facto de apenas existirem homens e não “Homem”. Isso é válido para as narrativas e projetos de vida. A horizontalidade do respeito deve substituir a verticalidade da arrogância. O desenho do futuro é entendido como tendo condições para abrigar múltiplas finalidades em coexistência pacífica, desde que os mínimos requisitos fundamentais da sustentabilidade ambiental sejam devidamente levados em conta.

B) Crítica à desmesura da tecnociência. O que está em causa não é uma atitude ludista de absoluta alergia à técnica, mas a recusa de uma visão acrítica e acéfala dos riscos da sociedade tecnológica, bem como o mal fundado de uma visão, totalmente febril, da capacidade da Natureza suportar as nossas investidas plásticas, sem perigo nem vacilação.

C) Suspeita face ao desempenho dos irmãos gémeos do Estado e do Mercado. Assim como não há fins que mereçam um destaque privilegiado ao ponto de ser legítimo vislumbrar a possibilidade de eliminação de todos os outros, também não há veículos escatológicos de eleição exclusiva. Dito de outro modo: o pluralismo de fins coabita com o pluralismo de sujeitos históricos, modeladores de futuro.

D) Perceção do futuro como abertura a uma pluralidade de possíveis. O tempo é considerado como tal, numa diferença radical em relação à previsibilidade do espaço. O futuro pode apenas ser aberto, e não vislumbrado na previsibilidade de um horizonte cujos contornos se oferecem como disponíveis. A razão calculadora deve reconhecer os seus limites face às incertezas do tempo como indomável objeto de conhecimento e delicada matéria-prima para a ação.

A Política deverá ser entendida como cooperação, mesmo e até como cooperação compulsória. É a resposta inevitável a uma conceção “moder-

na” de política que esteve prestes a sacrificar a espécie humana num holocausto nuclear (que ainda não foi definitivamente excluído como possibilidade histórica). Mais necessária e obrigatória se torna essa cooperação quando estamos confrontados, como humanidade inteira, com as tarefas gigantescas de uma nova forma de habitar o planeta, devastado pela crise ambiental e climática antropogénica, e ameaçados pelos riscos de guerra e violência decorrentes das desigualdades e injustiças crescentes.

A crise pandémica do Covid-19 abre-nos a janela de tarefas tão urgentes como titânicas. Durante décadas tolerámos que o sonambulismo se substituisse à exigência de escutarmos os sinais de perigo e as ameaças que a euforia da dominação colocou entre nós e o futuro. A margem de erro é agora nula. A escolha é entre as dores de um novo parto da civilização ou a imperdoável aceitação do suicídio da própria humanidade. ■■



A nossa época é a da utopia realizada por excesso, como pesadelo. A distopia da dominação ameaça devorar tudo e todos. A atual crise de saúde pública é uma parte menor do preço que a continuação dessa “normalidade” distópica implicaria. Para sobreviver, em condições de dignidade, a humanidade deve reassumir com

humildade o seu lugar no interior do “Sistema-Terra”, da Natureza

Um dos grandes erros do presente tende sempre a ser o de se olhar para o futuro e esperar que ele se comporte como o passado. É um defeito comum de perspetiva: olhar para o horizonte e ignorar que ele muitas vezes tem um ponto cego que nos impede de ver o que verdadeiramente pode vir aí, e como isso pode ser de facto diferente do esperado. É que o futuro é, por definição, a chegada do novo. E embora a história por vezes se tenda a repetir, nunca o faz de maneira totalmente simétrica em relação ao passado. E é por isso que problemas antigos em contextos novos têm de exigir soluções diferentes, ousadas, inovadoras.

I – MEDO, SOFRIMENTO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Do ponto de vista da história da humanidade, nada de novo há numa pandemia. Mas para o indivíduo subitamente arrancado da sua experiência quotidiana pela irrupção no seu espaço mental de um medo que tudo invade, transformando o outro familiar no potencial hospedeiro de um suposto “inimigo invisível” (nunca a metáfora da guerra andou tão gasta como por estes dias), e o espaço físico circundante numa espécie de indistinta mancha que a qualquer momento o pode contaminar... tudo muda. E fá-lo tão depressa que num instante o instinto de sobrevivência (pessoal ou coletiva) se tende a sobrepor a tudo o resto e, com aparente facilidade, o excepcional normaliza-se à medida que cidadãos e instituições democráticas parecem de bom grado abdicar preventivamente de direitos, liberdades e garantias em nome de um bem ulterior maior.

Que não haja dúvidas: face a uma ameaça com as características da Covid-19, tudo o que puder ser feito para estancar a sangria e proteger, tanto quanto possível, toda a vida humana naquilo que ela tem de insubstituível, deve ser feito. E isso implica um esforço hercúleo e decisões difíceis, quer a nível individual quer por parte das instituições públicas. Mas convirá talvez não esquecer que este período excepcional traz consigo a potencialidade de mudanças radicais e profundas a muitos níveis.

Anulará por completo os resul-



tados económicos dos últimos anos e inverterá a trajetória de acerto das contas públicas feita por países como Portugal, aumentando a dívida como consequência das medidas necessárias para salvar a economia e proteger o bem-estar social das pessoas; acelerará outros processos já antes em curso, como o da migração do trabalho para plataformas *on-line* e, a prazo, provavelmente também a automatização e a robotização, à medida que tal se for tornando mais rentável para empresas e administração pública. E não é despreciando o risco, sobretudo em comunidades políticas já mais infetadas com esse outro vírus, o do populismo, da tentação de se passar da solução securitária à solução autoritária, enquanto a percepção geral da população for a de que tempos extraordinários justificam medidas extraordinárias e que, em face disso, liberdades e garantias são pequenos luxos de tempos de abundância dos quais mais vale a pena abdicar.

E é por isso que olhar para o pós-pandemia, isto é, para o momento a seguir ao da calamidade em termos de saúde pública – que agora concentra de forma esmagadora, e justificadamente, a nossa atenção – é tão importante, como o é também a deliberação coletiva sobre o que queremos, enquanto comunidade, que se siga, e o que podemos fazer, no âmbito da nossa deliberação democrática, para influenciar os processos políticos, económicos e sociais que daqui advirão. A este respeito, parece-me que o melhor ângulo de ataque a esta enorme e complexa questão tem de ser, por um lado, diferenciado na avaliação dos problemas e, por outro, englobante o suficiente para ser aplicado em múltiplas escalas, incluindo a escala transnacional.

Voltemos à analogia da guerra. Ela tem a sua razão de ser. Antropomorfizar o “inimigo” ajuda a deslocar a fronteira entre o “nós” e o “eles” para o limiar do inumano e a apelar à coesão e unidade de quem está do lado de cá, os humanos, numa luta que nos deve unir a todos contra a ameaça comum.

Por todo o lado, a heroica abnegação de médicos, enfermeiros e auxiliares por entre a falência dos sistemas de saúde face à enorme quantidade de casos da doença, e a perda de vidas que dela resulta,

fazem com que, na prática, e em termos de saúde pública, o cenário que daqui resulta seja muito parecido com o de uma guerra – caos na organização social e enorme perda de vidas humanas – e com um sofrimento muito próprio, aquele que advém do necessário isolamento imposto aos doentes. Nos casos mais graves isso significa uma morte perante a impotência dos profissionais de saúde, e, portanto, duplamente cruel: para os doentes que se encontram privados da companhia dos seus próximos no momento derradeiro; e para os profissionais que, por falta de meios ou simples insuficiência da medicina atual para ir mais longe nestes casos, são confrontados com uma catadupa de vidas humanas perdidas apesar dos seus melhores esforços.

II – A ASSIMETRIA DA CRISE

Porém, a identificação da Covid-19 como “inimigo comum” não deve fazer-nos esquecer a forma como a crise afeta de modo diferenciado pessoas em situação diversa e, como é fácil de constatar, que as consequências em termos de sofrimento social serão mais gravosas para aqueles que já se encontravam em situação de vulnerabilidade. A crise tem certos aspetos que nos recordam a imagem marxista do “mundo virado ao contrário”. Há uma cruel ironia no facto de a maior parte dos verdadeiros heróis nesta situação serem pessoas cujas funções laborais são frequentemente desvalorizadas: não só os profissionais de saúde no contexto de um processo histórico de depauperação dos sistemas de saúde pública no quadro da crise do Estado social, como também os trabalhadores dos supermercados, as pessoas que asseguram as cadeias de abastecimento e tantos outros trabalhadores invisíveis aos olhos do grande público. A mesma ironia que faz com que alguns países pobres agora controlem os fluxos de circulação e fechem as fronteiras a pessoas de países mais ricos que outrora rejeitavam os migrantes económicos ou mesmo os requerentes de asilo.

Contudo, esta crise também inclui outra dimensão na qual, em termos da assimetria das consequências e da distribuição do sofrimento social, o mundo continua a ser o mesmo, apenas em versão muito pior. Na análise que faz do populismo, David Goodhart po-

pularizou a distinção entre aquelas pessoas que efetivamente beneficiaram da globalização ao longo das últimas décadas, incluindo da possibilidade de mobilidade global que ela traz consigo (os *anywheres*, aqueles que podem literalmente ir a qualquer lado em qualquer momento) e aquelas que, fragilizadas por essas mesmas alterações económicas e sociais, vivem enraizadas “nalgum lado” (os *somewheres*), não veem os seus interesses representados na nova ordem global e, por isso, são mais vulneráveis à manipulação dos seus afetos pelo populismo de direita.

Nesta dimensão, importa perceber que a crise pode atingir todos, mas as suas consequências serão assimétricas. Sofrerão mais aqueles que mais desprotegidos já estavam, a começar pelos pobres e sem-abrigo que menos condições têm para um isolamento social preventivo, passando pelos trabalhadores precários cujos empregos desaparecerão em face da crise económica e, no limite, aquelas pessoas que, como as que se encontram em campos de refugiados, juntam à indeterminação quanto ao seu futuro uma carência de proteção quase total. Face a esta situação e à multidimensionalidade e complexidade do problema, não é descabido equacionar um cenário futuro dantesco no qual às mortes causadas pela pandemia se viria juntar uma quebra ainda mais acen-tuada da solidariedade social com o agravamento da crise económica (e sobretudo da pobreza e da desigualdade), eventualmente aproveitada pelo populismo de direita para, num quadro cada vez mais iliberal, instalar governos autoritários e exacerbar a gestão pelo medo. Contudo, e apesar da estreiteza do caminho, este não é um destino inevitável.

III – PARA PROBLEMAS GLOBAIS, SOLUÇÕES TRANSNACIONAIS: POR UM NOVO PACTO SOCIAL EUROPEU

Há muito se percebeu que grande parte dos problemas políticos e sociais da nossa geração (precariedade,



Data: 25.03.2020

Título: Por uma nova 'habitação da Terra'

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Quinzenal



Secção: Nacional

Pág: 1;6;7;8;9



Gonçalo Marcelo

Este período excepcional traz consigo a potencialidade de mudanças radicais e profundas a muitos níveis

Não é despreciando o risco da tentação de se passar da solução securitária à solução autoritária

migrações, crises económicas) são transnacionais e que, por isso, o Estado-nação tal como o conhecemos é, por si só, insuficiente (embora necessário) para os enfrentar sozinho. É por isso que autores na linha de uma teoria social crítica, como Nancy Fraser ou Rainer Forst, têm clamado por uma teoria da justiça transnacional e de aplicação ampla, que possa fazer face aos reais desequilíbrios de poder, e dar voz aos que mais sofrem. Esta pandemia e a crise económico-social que se lhe seguirá tornam essa necessidade mais urgente. Por enquanto o epicentro da pandemia está na Europa mas caso esta se venha a espalhar, à escala a que está a acontecer na Europa, a países mais pobres e com sistemas de saúde mais frágeis, a catástrofe será ainda maior e a necessidade de solidariedade internacional mais premente.

Contudo, e mesmo no seio da União Europeia e da zona Euro, que é a escala transnacional que para

nós é mais próxima e dentro da qual teremos de resolver grande parte dos nossos problemas, quase tudo ainda está por fazer. Foi notório o fracasso na gestão da crise das dívidas soberanas de 2010-2011, com a ênfase nas medidas austeritárias punitivas que dividiram povos europeus e praticamente abandonaram o sul da Europa à sua sorte. A seguir a essa crise, e sobretudo aquando das últimas eleições europeias, multiplicaram-se os apelos a um novo pacto social europeu como forma de contornar os perigos de um populismo de direita.

Pois bem, esse momento, aquele em que a Europa finalmente se confronta com a sua escolha existencial mais profunda, chegou. A crise ameaça tomar as proporções da Grande Depressão de 1929 e só uma resposta forte, conjunta, e apropriadamente social poderá fazer face ao que aí vem. Doravante, a ênfase não poderá ser o equilíbrio das contas públicas a todo o custo - mecanismos como o Tratado Orçamental terão de ser revistos ou revogados. Salvar vidas, quer através do reforço da capacidade dos sistemas de saúde, quer no combate à crise económica, exigirá muito investimento. O risco é o da desintegração, não só do projeto europeu como o conhecemos, mas o da desintegração social propriamente dita, à medida que os problemas se agravem.

Os contornos deste novo pacto social tão propalado continuam por definir e terão de ser objeto de deliberação coletiva em modo acelerado. Poderão passar pela mutualização da dívida ou por perdões de dívida aos Estados mais necessitados, pela intervenção do Banco Central Europeu a um nível muito maior do que no passado, ou pela atribuição de um rendimento básico incondicional. Todas as hipóteses têm de estar em aberto, porque o antigo está a desaparecer e o novo ainda não viu a luz do dia. Caber-nos-á tentar fazer tudo o que está ao nosso alcance para que esse novo possa continuar a ser plural e vibrante, apesar do inevitável sofrimento. **JL**

Porto, 20 de março de 2020

Vírus

O buraco de ozono está nos versos há um rio poluído um efizema a cidade morrendo-se e dois terços da humanidade fora do poema.

Há um vírus nas sílabas de Abril um tóxico no ritmo e na palavra há pássaros que trazem Chernobyl e já não fala a água que falava.

Na terzza rima alteração genética há uma aranha a cantar de cotovia de pernas para o ar Hegel e a estética.

Eis o inferno. E já não há Virgílio para guiar-me a um reino de harmonia. Por isso o meu cantar é outro exílio.

Manuel Alegre

Área: 2717cm² / 64%

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6782725



Data: 25.03.2020

Título: Por uma nova 'habitação da Terra'

Pub:

JL

QuickCom
comunicação integrada

Tipo: Jornal Nacional Quinzenal

Secção: Nacional

Pág: 1;6;7;8;9

GONÇALO MARCELO



A maior parte dos verdadeiros heróis nesta situação exercem funções laborais amiúde desvalorizadas

Chegou o momento em que a Europa se confronta com a sua escolha existencial mais profunda

Parlamento Europeu **"As suas consequências serão assimétricas: sofrerão mais aqueles que mais desprotegidos já estavam"**

Área: 2717cm² / 64%

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6782725